



Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades (Anteplano). Consulta pública.

Câmara Municipal de Lisboa ¹

RESUMO DO CONTRIBUTO	02
ANEXO 1 – Plano de Zonamento	05
CONTRIBUTO	06
1. A Análise	07
2. O Diagnóstico	07
3. As metodologias de restauro de jardins históricos	08
4. A Proposta de Salvaguarda	09
4.1. História da Cerca e Quinta Real e o seu valor patrimonial a proteger e a restaurar	
4. 2. Horticultura e o restauro da vegetação original do jardim experimental	
4.3. Pedagogia infantil no jardim, na estufa, na horta e com os animais	
4.4. Sistemas de vistas e Paisagem	
5.Recomendações para a elaboração de uma Planta de Zonamento (Diagnóstico) e definição do estatuto de proteção que suporte o Plano Diretor de Restauro (<i>Master Plan</i>)	21

¹ A pedido da Direção da AJH - Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, [REDACTED] Presidente do Conselho Orientador da AJH, reuniu com três associados da AJH especialistas na área do Restauro, manutenção, história de arte de jardins e valorização de quintas históricas dos arredores de Lisboa para análise do documento acima referido no âmbito da consulta pública iniciada a 1 de junho de 2021.



RESUMO DO CONTRIBUTO

A Câmara Municipal de Lisboa iniciou um período de consulta pública sobre o Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades (Anteplano). O contributo produzido é constituído por: 1) um resumo, 2) o contributo propriamente dita e 3) um anexo com um esboço de um Plano de Zonamento.

O Anteplano de Salvaguarda é completo na primeira parte (capítulos 1, 2, e 3) a qual corresponde à Análise da propriedade enquadrada nos mais importantes princípios de restauro e proteção patrimonial preconizados pelas cartas internacionais. Já o mesmo não se pode dizer no que diz respeito ao Diagnóstico e consequentemente em relação às propostas de intervenção.

A Análise dá um contributo qualificado, nomeadamente, sob o ponto de vista da evolução histórica da Cerca e Quinta Real das Necessidades, dos elencos florísticos atuais, do registo do estado de degradação dos elementos construídos, não deixando qualquer dúvida de que estamos perante um jardim histórico de elevada qualidade patrimonial, sobressaindo com clareza: a integridade do património que chegou quase intacto até aos dias de hoje; a autenticidade dos elementos de composição paisagista existentes, como o grande relvado, a estufa, o muro de suporte, o lago ou o jardim zoológico; e a raridade que este jardim representa para a história de arte de jardins.

O Diagnóstico, embora dispondo de uma sólida Análise, revela-se incompleto e não segue as orientações internacionais para uma correta elaboração de documentos desta natureza com o objetivo de restauro de jardins. Mesmo tratando-se de um Anteplano não se compreende que, face a uma Análise qualificada e bem suportada, não se opte por uma abordagem metodológica e profissional adequada que proponha um Plano de Zonamento e Proteção que, uma vez consensualizado e aprovado, conduza a um Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*) que identifique os projetos prioritários e os projetos de execução e obra de restauro, recuperação e reabilitação para cada área do Plano de Zonamento. A proposta no Anteplano baseia-se em unidades operativas (Vegetação; Conjuntos Edificados; Sistema Hídrico e Hidráulico; Rede de Circulação e Caminhos - Rede de Infraestruturas) e num “faseamento estratégico preliminar” o que fragmenta a intervenção desvaloriza os resultados apresentados na análise histórica que inequivocamente mostra a importância patrimonial das Necessidade enquanto jardim histórico e palco de relevantes episódios da história de Portugal e a evolução histórica do jardim e ignora a valoração das várias épocas históricas encarando o que chegou até nós como algo acriticamente a preservar, dá prioridade à replantação de vegetação potencial e não considera fundamental a proteção e o restauro do jardim paisagista – que está devidamente documentado – contemplando, nomeadamente, a reposição da coleção botânica do século XIX.

No contributo da AJH para a consulta pública detalha-se a falta no Anteplano de uma Carta de Zonamento decorrente do Diagnóstico dos valores e dos usos e que defina graus de proteção de



áreas, de elementos históricos e da sua estrutura enquanto jardim que foi Cerca Oratoriana e Quinta Real. Sob o ponto de vista da composição paisagística, é necessário identificar e tomar em consideração a valorização das áreas do traçado do século XVIII do tempo de D. João V e as áreas do jardim paisagista de D. Fernando II e D. Maria II saído do risco de Bonnard assim como o respetivo estado de conservação/integridade e valor/autenticidade. Concluindo, o Diagnóstico carece de revisão para poder suportar de forma consistente uma proposta de intervenção (que pode ser faseada) para a totalidade da propriedade elencando de modo justificado os usos propostos, a afetação de edifícios a novos usos, bem como a construção de novos edifícios e um adequado envolvimento do público no processo. No Anexo ao Contributo da AJH, apresenta-se uma proposta de Planta de Zonamento.

As Necessidades são o grande jardim real de Lisboa que chegou aos nossos tempos, através do qual se pode contar a história de Portugal desde o século XVIII – quando foi construído pelas mãos de D. João V ao estilo barroco –, passando pela grande intervenção de D. Fernando II e D. Maria II – que nele marcaram as suas ideias liberais –, por D. Carlos – que aqui viveu e foi velado – e por D. Manuel II, que daqui partiu a caminho do exílio aquando da implantação da República. Como nenhum outro jardim de Lisboa, as Necessidades permitem contar a história de Portugal e a evolução das ideias a partir do século XVIII. Esta ligação indelével permitiria que, após restauro adequado, este pudesse ser um livro aberto onde se contaria a história, e as estórias, do século XVIII à atualidade.

As Necessidades são também parte, e podem ser o Centro de uma Rede de Paços Reais, ao longo da margem estuarina de Lisboa, incluindo o Paço Real de Queluz, já fora da linha da frente ribeirinha, que D. Pedro III constrói segundo o ideal de Versalhes e que se articula com o Paço Real da Ajuda e o com Paço Real de Caxias, ou frente à costa oceânica, já no séc. XIX alinhando com as novas tendências dos benefícios balneares surge o Paço da Cidadela em Cascais. Esses Paços sucedem-se ao longo de quatrocentos anos e duas dinastias, de Avis e de Bragança, são exemplos de notável arquitetura e desenho de paisagem, intimamente ligados à história de Lisboa e de Portugal, e não são atualmente dinamizados na sua plenitude em termos patrimoniais, ecológicos e turísticos.

Síntese de recomendações

1 - Valorizar no Antepiano de Salvaguarda as componentes que determinem e orientem os usos futuros e a proteção integral dos elementos construídos e naturais com valor patrimonial que chegaram ao século XXI:

- A história da Cerca e da Quinta Real e o seu valor patrimonial a proteger e a restaurar
- A horticultura e o restauro da vegetação original do jardim experimental
- A pedagogia infantil no jardim, na estufa, na horta e com os animais
- Os sistemas de vistas e a Paisagem



2 - Apresentar na versão final do Plano de Salvaguarda um Plano de Zonamento (esboço apresentado no Anexo 1) que suporte o Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*) e identifique as Áreas de Restauro integral e proteção do desenho original dos jardins; Zona de transição dos usos atuais a manter e propostos (escola, quiosques ligeiros, WC, viveiros, horta e apoio à escola de jardinagem, etc.); e elementos construídos a reabilitar para novos usos fora das áreas de Restauro integral e das áreas de transição.

3 - Colocar equipamentos, como o restaurante e os quiosques constantes no Antepiano de Salvaguarda apresentados para o Jardim Zoológico e perto do lago do jardim paisagista, em áreas que não afetem a integridade, autenticidade e raridade do jardim em estudo, por serem incompatíveis com os valores patrimoniais da Quinta Real.

4 - Esclarecer a figura a aplicar sendo que, conforme referido, se considera dúbia a designação de Plano de Salvaguarda, face ao quadro legal de proteção do património imóvel que contempla a figura Plano de Pormenor de Salvaguarda.

5 - Esclarecer o estatuto de proteção do “Conjunto do Palácio das Necessidades,” classificado na categoria de Imóvel de Interesse Público recomendando-se que se pondere a sua classificação como monumento nacional suportado pela vontade de qualificar um jardim histórico de excelência em Portugal – um espaço onde se cruzam um complexo monástico, um palácio e uma quinta real de recreio – com potencial para ser usufruído nos dias de hoje enquanto parque público de distinção ao qual se pretende devolver o seu devido estatuto e que beneficia de um ambiente raro de mobilização da população para a defesa e promoção dos jardins históricos de Portugal.

Lisboa, 19 de Julho de 2021

████████████████████ (Prof. Arquiteta Paisagista - ISA, Universidade de Lisboa)

████████████████████ (Mestre e Doutorando em Jardins Históricos, Investigador na Universidade Lusíada - CITAD - ESTEJO - Quintas de Recreio Estuário do Tejo)

████████████████████ (Arquiteto Paisagista, Mestre em Jardins Históricos)

████████████████████ (Arquiteta Paisagista, especialista em conservação e restauro de jardins históricos)



ANEXO 1 – PLANO DE ZONAMENTO (ver original em anexo)





CONTRIBUTO

O Antepiano de Salvaguarda apresentado em 95 páginas, com muitas ilustrações e 16 peças desenhadas, é completo na primeira parte (capítulos 1, 2, e 3), a qual corresponde à Análise da propriedade enquadrada nos mais importantes princípios de restauro e proteção patrimonial preconizados pelas cartas internacionais. Já o mesmo não se pode dizer no que diz respeito ao Diagnóstico e consequentemente em relação às propostas de intervenção.²

O documento disponibilizado intitula-se de “Plano de Salvaguarda” não esclarecendo ou deixando em dúvida se se pretende com o presente Antepiano alcançar um “Plano de Pormenor de Salvaguarda”, desenvolvido nos termos da Lei 107/2001 de 8 de setembro, regulamentada através do DL 309/2009 de 20 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do Plano de Pormenor de Salvaguarda. O artigo 67º determina que a elaboração de um Plano de Pormenor de Salvaguarda compete à Câmara Municipal e é objeto de parceria com a DGPC. O artigo nº 64 consubstancia que o Plano de Pormenor de Salvaguarda de um imóvel de interesse público “estabelece as orientações estratégicas de atuação e as regras de uso e ocupação do solo e edifícios, necessárias à preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção, desenvolvendo as restrições e os efeitos estabelecidos pela classificação do bem imóvel e pela zona especial de proteção” e o artigo 66º define o seu conteúdo material.

² Esta apreciação tem em conta o projeto do Arq. Pedro Reis “Projecto para obras de reabilitação no âmbito da Concessão de Exploração de um conjunto de edifícios na Tapada das Necessidades, Lisboa (2017) que, embora não fazendo parte da discussão pública do Antepiano de Salvaguarda, é um documento público de contrato de concessão, prévio ao Antepiano de Salvaguarda que dá por adquirido este projeto de arquitetura que surge evidente na parte escrita e nos desenhos do Antepiano de Salvaguarda onde ficam já localizadas o restaurante e quiosques e outros usos propostos.



1. A Análise

O estudo dos elementos existentes, a documentação que consubstancia a evolução histórica da Cerca e Quinta das Necessidades³, os elencos florísticos atuais, o registo do estado de degradação dos elementos construídos e as vistas identificadas, constituem um bom trabalho do estado do objeto em estudo e ao mesmo tempo alertam e, até mobilizam, o leitor para a perceção de um património de alta qualidade do ponto de vista da História de Arte de Jardins em Portugal e também da transmissão de estilos da arte paisagista na Europa.

Fica também evidente que neste local se providenciou o ensino da Horticultura como ciência para todos e é manifesto o potencial desta Quinta de Recreio como jardim de diversidade botânica, em que o Antepiano de Salvaguarda nos revela a coleção de plantas do século XIX como coleção de mais de 500 espécies aclimatadas pelo jardineiro paisagista J.B. Bonnard e, já no século XX, a coleção de catos que se estima introduzida sob a tutela da Estação Florestal Nacional. Finalmente, constitui-se esta Análise como documento essencial à perceção da história da família real portuguesa, pois documenta como os filhos de D. Maria II e D. Fernando II tiveram uma educação ambiental.

2. O Diagnóstico

A partir da boa compilação de dados na Análise, metodologicamente deverá seguir-se um Diagnóstico dos problemas que permita identificar zonas homogéneas de acordo com o seu valor patrimonial e estratégia de intervenção. No presente Antepiano de Salvaguarda deparamo-nos, no entanto, com uma ausência de um zonamento em função, quer das suas características do ponto de vista da composição paisagística, quer do ponto de vista do período em que foram construídas (por exemplo a distinção entre áreas do traçado do séc. XVIII de D. João V e áreas do jardim paisagista desenhado por D. Fernando II e Bonnard) e ainda do respetivo estado de conservação (integridade) e valor (autenticidade). Assim sob o ponto de vista metodológico considera-se que o Diagnóstico carece de revisão para poder suportar de forma consistente a proposta de intervenção.

Sugere-se a aplicação neste caso de estudo de uma metodologia orientadora das várias fases de trabalho que um Restauro de um Jardim Histórico requer, como por exemplo a metodologia que

³ A designação corrente de Tapada das Necessidades não faz justiça à verdadeira essência deste excepcional conjunto patrimonial cujos limites se mantem inalterados e que fez parte integrante da cerca dos Oratorianos transformada por D. Maria II e D. Fernando em Quinta Real. Desconhecemos que o lugar alguma vez tenha sido uma tapada de caça, como a Tapada da Ajuda. Assim ao longo deste contributo privilegiam-se as designações de cerca e quinta real.



continua a ser aplicada com sucesso pelo National Trust of England⁴ "The process involved in producing the landscape restoration plan" e que tem servido para restauro responsável de jardins históricos no nosso país. Esta metodologia poderia vir a ser útil para orientar o desenvolvimento do Diagnóstico que deve seguir-se à fase de Análise, naturalmente, por forma a informar e suportar corretamente todas as medidas de salvaguarda e propostas de proteção e restauro a apresentar.

3. As metodologias de restauro de jardins históricos

A Análise apresentada no Antepiano de Salvaguarda não deixa qualquer dúvida de que estamos perante um jardim histórico de elevada qualidade patrimonial. Assim, o procedimento deveria seguir as metodologias de restauro que recomendam que o processo siga os seguintes passos:

- 1 – Plano de Salvaguarda: que analise o interesse patrimonial, diagnostique os valores e os usos e que defina graus de proteção de áreas e elementos, concretizando um Plano de Zonamento e Proteção.
- 2 – Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*): que partindo do Plano de Salvaguarda concilie a proteção por ele definida com um plano de gestão para o espaço, resultando num Plano de Restauro para jardim histórico.
- 3 – Projetos prioritários e projetos de execução de restauro, recuperação e reabilitação para cada área do Plano de Zonamento.

A Cerca e Quinta das Necessidades está classificada na categoria: IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 8/83, DR, 1.ª série, n.º 19 de 24 janeiro 1983, incluído na ZEP Portaria n.º 552/96, DR, 1.ª série-B, n.º 232 de 07 outubro 1996 *1 e parcialmente incluído na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres (v. IPA.00006811).

Por seu turno, o Antepiano de Salvaguarda em estudo, além da análise da Cerca e Quinta das Necessidades, apresenta propostas de uso e de intervenções no jardim, afetação de edifícios a novos usos, bem como a construção de novos edifícios, surgindo como um documento que mistura as várias fases do desenvolvimento de um processo de restauro e salvaguarda de um imóvel de interesse público, sob pena de comprometer a sustentação técnica de todos os usos, ocupações, e projetos de pormenor e especialidade que venham a ser desenvolvidos e de se apresentar como um documento claro e acessível à participação pública.

Considera-se que se deveria desenvolver efetivamente um Plano de Salvaguarda, a partir da Análise realizada e após o devido Diagnóstico, que sustente as linhas condutoras para um restauro e a definição de áreas a salvaguardar, nomeadamente zonas *non aedificandi*. Posteriormente deve

⁴ AA. VV - Surveys, Analysis and Plans. *Landscape Research*, vol. 9, nº 2, 1984



ser o Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*) a propor usos para os edifícios existentes e a possível construção de novos edifícios no lugar dos existentes.

Quer o Plano de Salvaguarda, quer o Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*) devem ser assinados por um técnico responsável independente, com curriculum adequado e ser submetido a um órgão colegial, tal como se afirma na Carta de Florença.

4. A Proposta de Salvaguarda

Regressando ao Capítulo 4 do Antepiano de Salvaguarda, Proposta de Salvaguarda, na pág. 63, identificam-se os objetivos considerados, mas não se entende o motivo para o qual se dá prioridade à replantação de vegetação potencial e não se considera fundamental o restauro do jardim paisagista desenhado e conhecido por documentos autênticos e à sua completa proteção, contemplando a reposição da coleção botânica do século XIX.

É apresentado como um dos objetivos centrais (pag.64) «revitalizar o encontro entre os jardins das Necessidades e a cidade». Na nossa perspetiva este objetivo, de forma muito redutora, considera esta propriedade como se se tratasse de um mero jardim público em tecido urbano denso, e ignora totalmente o significado histórico do jardim e a atração do ponto de vista cultural e turístico que este poderia constituir. Nunca se deve esquecer que o jardim das Necessidades é um exemplo notável de jardim histórico europeu, desenhado por um rei alemão, um jardineiro paisagista francês, onde foram experimentadas as mais variadas inovações no campo do paisagismo, horticultura e jardinagem aplicadas em território português pela primeira vez.

Da análise histórica e botânica patente no documento em análise, sobressai com clareza: a integridade do património que chegou quase intacto até aos dias de hoje; a autenticidade dos elementos de composição paisagista existentes, como o grande relvado, a estufa, o muro de suporte, o lago ou o jardim zoológico; e a raridade que este jardim representa para a história de arte de jardins.

Recorde-se que perdemos os jardins de D. Manuel no Paço da Ribeira, que em Maфра D. João V não terminou o seu jardim barroco e como ficaram interrompidos os jardins do Palácio da Ajuda com a chegada das invasões francesas. O jardim da Quinta Real das Necessidades é de facto o único jardim de um Palácio Real que subsiste em Lisboa.

Sublinham-se as três valências: integridade, autenticidade e raridade, por serem estas que servem de padrão ao escrutínio dos jardins e paisagens culturais que se candidatam à lista de Património Mundial da UNESCO. As três se aplicam à Quinta Real das Necessidades com propriedade.



É, pois, notório que a análise histórica exaustiva patente no Antepiano de Salvaguarda não está a servir o desenvolvimento do Diagnóstico e, posteriormente, a definição do Plano de Salvaguarda. Perde-se assim a defesa da componente histórica do jardim em 4 vertentes que constituem vetores força da identidade deste jardim e do seu significado e valor.

1. História da Cerca e Quinta Real e o seu valor patrimonial a proteger e a restaurar
2. Horticultura e o restauro da vegetação original do jardim experimental
3. Pedagogia infantil no jardim, na estufa, na horta e com os animais
4. Sistemas de vistas e Paisagem

4.1. História da Cerca e Quinta Real e o seu valor patrimonial a proteger e a restaurar

4.1.1. Sobre a análise

O Antepiano de Salvaguarda apresenta uma extensa e completa análise histórica do jardim que permite destacar a sua enorme importância patrimonial.

Aquando da sua construção, no século XVIII, as Necessidades eram um exemplo de intervenção barroca, decorrente das ideias absolutistas, pensadas como um conjunto formado por palácio, igreja, convento, jardim de buxo, horta dos frades e cerca conventual, abastecida por um ramal da grandiosa obra das Águas Livres.

A memória do século XVIII – ainda presente no palácio, convento, jardim de buxo e horta dos frades (pertença do MNE e fora do âmbito deste plano) e praça do obelisco – foi perdendo a sua compreensão estrutural na antiga cerca conventual dos Oratorianos, estando hoje mais presente em elementos escultóricos e de água, muito em particular o ramal do Aqueduto das Águas Livres que alimentava de água a cerca e os jardins.

O século XIX trouxe inúmeras alterações à Cerca, tornando-a numa Quinta Real de recreio através da transformação do espaço de acordo com as ideias liberais protagonizadas por D. Maria II e D. Fernando II criando um jardim essencial na História da Arte de Jardins portuguesa.

Nesta fase destacam-se os seguintes pontos:

- Construção do primeiro jardim paisagista em Portugal (hoje dificilmente compreensível dadas as alterações posteriores, mas recuperável) que se tornou um balão de ensaio – de ideias, conceitos e materiais – para outros jardins como o Parque da Pena e o Jardim da Estrela.
- A expressão no traçado do jardim das ideias liberais de D. Fernando, com os caminhos curvos e ondulados que buscavam recriar formas naturais, que surge em oposição às



ideias barrocas da cerca original, expressas em caminhos retos e eixos que se impunham à natureza.

- Utilização e aclimação (na estufa e na casa fresca) de uma enorme quantidade de plantas ornamentais exóticas experimentadas e bem-sucedidas em Lisboa.
- Transformação da cerca conventual numa Quinta de Recreio, onde era feita a educação ambiental dos príncipes, nomeadamente com a construção de um pequeno jardim zoológico.

As Necessidades são o grande jardim real de Lisboa que chegou aos nossos tempos, através do qual se pode contar a história de Portugal desde o século XVIII – quando foi construído pelas mãos de D. João V ao estilo barroco –, passando pela grande intervenção de D. Fernando II e D. Maria II – que nele marcaram as suas ideias liberais –, por D. Carlos – que aqui viveu e foi velado – e por D. Manuel II, que daqui partiu a caminho do exílio aquando da implantação da República. Como nenhum outro jardim de Lisboa, as Necessidades permitem contar a história de Portugal e a evolução das ideias a partir do século XVIII. Esta ligação indelével permitiria que, após restauro adequado, este pudesse ser um livro aberto onde se contaria a história, e as estórias, do século XVIII à atualidade.

4.1.2. Proposta de salvaguarda

Como foi dito, a proposta de salvaguarda do jardim não toma em conta os resultados apresentados na análise histórica, que inequivocamente mostra a importância patrimonial das Necessidades enquanto jardim histórico e palco de relevantes episódios da história de Portugal. Seria essencial efetuar um zonamento do jardim a partir dos seus elementos históricos e da sua estrutura enquanto jardim (e não apenas enquanto um conjunto de elementos arquitetónicos) como forma de sustentar a preservação do património, da memória e da sua história. Esta deveria ser a base de qualquer proposta de salvaguarda e de posterior restauro. A importância patrimonial de um jardim não se restringe a elementos construídos (ou de água) ou a pequenas unidades paisagísticas, mas deve tomar em conta a própria estrutura do jardim, formada por caminhos, plantações, estrutura hidráulica e elementos construídos.

A proposta de salvaguarda ignora a evolução histórica do jardim e a valoração das várias épocas históricas encarando o que chegou até nós como algo, acriticamente, a preservar. A atual rede de caminhos e o desenho dos canteiros, em particular na zona do jardim inglês, pouco tem a ver com o traçado original e a área pavimentada é, desnecessariamente, muito maior. Os eixos que partiam do lago circular não são identificáveis. Aliás, bastaria consultar o Anexo do livro “Necessidades.



Jardins e Cerca”⁵, onde é feita uma abordagem com base histórica sobre as diversas áreas das Necessidades.

Apresenta-se em anexo uma proposta de zonamento que, do ponto de vista histórico, demarca as seguintes áreas:

Século XVIII

O sistema hidráulico e o Lago circular deveriam ser os pontos centrais (em conjunto, se possível, com o Jardim de Buxo e a Horta dos Frades) para contar a história do século XVIII nas Necessidades, com a possibilidade de reintroduzir, ainda que apenas num sistema de vistas, os eixos que dele partiam. A sua preservação e restauro deveriam ser prioritários.

Século XIX

A área identificada como do século XIX (jardim inglês, relvado, estufa, casa fresca e jardim zoológico) deveria ser salvaguardada integralmente e como um todo, quer pela sua importância patrimonial, quer pela possibilidade de concretizar um restauro integral, pela existência de muitos dos elementos construídos iniciais e de listagens de plantas, bem como plantas de época, que permitiriam devolver este jardim ao seu esplendor dos tempos de D. Fernando II e D. Maria II. Esta deveria ser uma área *non aedificandi*, salvaguardada para um restauro que poderia ser faseado.

Deve ser referido que os jardins das Necessidade, desde que devidamente salvaguardados e restaurados, têm um enorme potencial de atração, não só para um uso diário por vizinhos ou habitantes de Lisboa, mas também para turismo externo e interno, não só pela sua beleza paisagística e elevado valor patrimonial, mas pela história que pode contar.

Século XX

A cateira, cuja data de introdução não é conhecida, é hoje um elemento marcante do jardim e, como tal, deverá ser mantido e valorizado.

4. 2. Horticultura e o restauro da vegetação original do jardim experimental

O estudo da coleção botânica na perspetiva histórica apresentado está detalhadamente elaborado e permite identificar dados muito relevantes. Em 2012, foi possível identificar (trabalho realizado sob coordenação da Prof. Ana Luísa Soares) um elenco de 3670 espécimes de árvores, arbustos de porte arbóreo e palmeiras, distribuídos por 100 taxa (i.e., 97 espécies e 3 subespécies). Foi desenvolvido o diagnóstico do estado fitossanitário do arvoredo da propriedade, o que permite a

⁵ “ANEXOS – Paradisos: Uma nova vida para jardins antigos” Ed Bennis, John Dyke, Cristina Castel-Branco, João Albuquerque Carreiras, in “Necessidades. Jardins e Cerca”pg. 166 e 167



elaboração de um plano de intervenção com vista à restituição de condições de segurança em primeira análise e à correta gestão do coberto arbóreo.

São ainda apresentados dados de uma análise da evolução do elenco arbóreo realizada em 2013, que refere que apenas 10 espécies arbóreas do elenco existente na propriedade em 1841 se mantiveram no Jardim, sendo uma perda de valor botânico muito significativa, face às premissas que nortearam a composição paisagística da quinta e a utilização deste local como palco para a experimentação da introdução de espécies de flora oriunda dos vários continentes.

No entanto, não foi desenvolvido o inventário e diagnóstico fitossanitário do elenco florístico ao nível do estrato herbáceo. Este trabalho deve permitir avaliar corretamente a perda de valor patrimonial associado ao valor botânico e orientar o restauro da coleção botânica original do jardim, uma vez que existem fontes primárias conhecidas e registadas neste Antepiano de Salvaguarda que o permitem fazer.

4.3. Pedagogia infantil no jardim, na estufa, na horta e com os animais

A Quinta Real das Necessidades, como se ficou a chamar durante e após a permanência da família real, foi viveiro onde cresceram os príncipes, filhos de D. Maria II, num contacto vivo com a natureza marcando a família real durante as seguintes gerações. Viveiro também de jardineiros que dali saíram para outras quintas, tapadas e jardins. Viveiro ainda de centenas de espécies que ali se aclimataram e reproduziram para povoar parques e jardins de todo o país. Os terrenos das Necessidades receberam em primeira mão a marca deste novo gosto trazido por D. Fernando II.

Da análise histórica do Antepiano de Salvaguarda que ocupa 24 páginas das 84 de texto do plano, regista-se como surpreendente a educação ambiental com que foram educadas as crianças, incluindo o conhecimento e a admiração por animais, o conhecimento botânico e a jardinagem, a par de outros temas como as artes plásticas, com destaque para a pintura aplicada à representação da flora e fauna. Este ensino infantil parece ter sido desenvolvido a fundo, visando os primeiros passos da aprendizagem em conjunto com outras matérias de ensino habituais como a matemática as línguas, a música e as Ciências da Natureza.

No entanto, aquilo que hoje se observa nas Necessidades já não é a obra paisagística que o rei nos deixou. O seu restauro e limpeza para recuperar os cenários criados por D. Fernando II e por Bonnard e eternizados em aguarelas, pinturas, e descrições são urgentes para homenagear o primeiro jardim paisagista em Lisboa e a ligação da arte à apreciação da Natureza.

4.4. Sistemas de vistas e Paisagem



Sobre a análise efetuada nos capítulos relacionados com o sistema de vistas do Antepiano de Salvaguarda consideramos que a mesma é muito redutora e incompleta, sendo indicados sucintamente alguns pontos e ângulos de vista panorâmica. São propostas medidas de salvaguarda das vistas que se restringem à área murada, no entanto os estudos e pesquisa das paisagens dos grandes jardins históricos europeus, nomeadamente os conduzidos pelo Professor Clemens Steenbergen na Universidade de Delft, nos finais dos anos noventa e primeira década deste século, publicados entre outros no “*Architecture and Landscape – The Design Experiment of the Great European Gardens and Landscapes*”, levam-nos a constatar que a Tapada das Necessidades e o conjunto Palaciano necessitam de um estudo de paisagem mais aprofundado que interprete e avalie na sua plenitude a qualidade do projeto de Paisagem e as técnicas utilizadas no desenho e na conceção desta paisagem idealizada e construída ao longo de mais de dois séculos, que chegou até nós com um bom grau de preservação que permite considera-la com potencial para pertencer ao conjunto dos grandes jardins e parques históricos europeus.

Neste sentido juntamos alguns pontos de reflexão para um posterior desenvolvimento na fase do Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades. Ficamos na expectativa que estas propostas motivadas pelo presente Antepiano possam servir à elaboração de um Plano de Salvaguarda e Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*) ao encontro das boas práticas de restauro de jardins históricos.

4.4.1. Os sistemas de Vistas da Cerca Conventual e da Quinta Real, relação com a Paisagem envolvente Estuarina e Urbana e com as Quintas, Jardins e Tapadas do continuum de Palácios Reais ribeirinhos de Lisboa e do Estuário do Tejo.

Podemos identificar uma estrutura paisagística interveniente no desenho da Tapada através de uma malha complexa de eixos físicos e visuais ou virtuais, que articulam a estrutura paisagística interna e externa, são eixos dinâmicos e nodais no campo das sensações e dos sentidos, centrais no projeto paisagístico, tanto no desenho barroco do século XVIII, como no desenho paisagista do século XIX, são geometrias que orientam e conduzem o olhar e os percursos constituindo um dos principais e importantes vetores que comandaram tanto a implantação dos edifícios do complexo palaciano e conventual como a estrutura e o desenho da Cerca, as ruas e alamedas, a antiga quinta e os jardins românticos oitocentistas, a modelação das plataformas e a localização das plantações, e dos principais espaços artísticos e recreativos.

4.4.1.1. A Paisagem Palaciana, a Real Quinta das Necessidades e o “continuum” de Paços e Quintas Reais da margem ribeirinha ocidental de Lisboa e do Estuário do Tejo



Os Paços Reais da margem ribeirinha de Lisboa e do estuário do Tejo

Desde os primórdios de Lisboa, as paisagens estuarinas do Tejo foram enaltecidas como um deslumbramento para os sentidos. A família real portuguesa, a corte e o alto clero e burguesia constroem e investem nestas margens ao longo de quatrocentos anos, em Palácios, Jardins, Tapadas e uma sequência de Paços Reais, que ainda hoje marcam as margens e as colinas sobranceiras aos imensos e espelhados planos de água do estuário do rio Tejo.

São parte integrante de um património que só pode ser compreendido e usufruído na sua plenitude, como um continuum de Jardins e Paços resultado de gerações de monarcas em busca de espaço e de desenhos que acompanhassem as sucessivas modas e estilos de jardins e parques das Casas Reais europeias. Só assim podemos entender que no espaço de pouco mais de trinta quilómetros entre o antigo Paço da Ribeira atual Praça do Comércio e o Paço Real da Cidadela de Cascais, se sucedam oito Paços Reais com arquiteturas e paisagens de grande qualidade que espelham gostos e mensagens de vários monarcas de duas dinastias, a dinastia de Avis e a dinastia de Bragança, são formas de expressar o desejo de procurar os melhores locais para usufruir dos panoramas de água e paisagem do estuário do Tejo, construir espaços de recato e de refúgio, de ostentação e poder de poesia e de sonho, e busca do Paraíso, como ainda hoje podemos perceber no muito que ainda existe destes antigos Paços Reais.



Localização do estuário do Tejo e a Real Quinta das Necessidades

4.4.1.2. A articulação com a paisagem natural e construída

O desenho do eixo central setecentista ainda hoje é parcialmente visível no Lago Circular e suporta-se num eixo visual central que longitudinalmente conduz o olhar para o espelho de água do estuário e para o horizonte oceânico, relaciona e conduz as vistas do parque barroco ou mais propriamente da Quinta de Recreio joanina e Cerca Conventual, para os planos de água, o conjunto palaciano e a monumental torre sineira não se localizam nesse eixo são intencionalmente desenhados ocupando o alto da antiga ermida de N. Sra. das Necessidades, como ponto de referência, na paisagem monumental da entrada na cidade por mar, e nas travessias por sul através do mar da palha ou na chegada por terra através da ponte de Alcântara. O conjunto de edifícios das Necessidades relaciona-se axialmente com o Largo/Miradouro do Obelisco, e por um sistema de vistas com pontos notáveis da paisagem, pré-existentes, como seja o Largo do Calvário local da antiga Quinta Real seiscentista do Paço de Alcântara e da Real Tapada, posteriormente apelidada de Tapada da Ajuda. Ainda hoje este antigo Paço, entretanto desaparecido, é representado no Calvário pelo monumental edifício das cocheiras e Casa dos Coches (Sociedade Promotora de Educação e Ensino). Ou o Alto de Santo Amaro com a Ermida quinhentista de planta centralizada. Envolvendo a antiga foz da ribeira de Alcântara, construiu-se uma paisagem palaciana idealizada, de poder e marca absolutista, na entrada ocidental da Capital, mas algo contida e modesta, adaptada à geomorfologia das colinas, que certamente não aplacou a



frustração de D. João V (1689-1750) expressa nas sucessivas aquisições de espaço junto á frente ribeirinha, onde certamente sempre sonhou construir a racionalidade e os eixos paisagísticos monumentais de uma Versalhes (1661-1715) em Lisboa, mas que só a veio a exorcizar em Mafra. No entanto a Paisagem das Necessidades marcou para sempre a paisagem desta zona da cidade e apontou caminho para as intervenções na Junqueira e em Belém, dos futuros Monarcas, e da Aristocracia, do Alto Clero e da Burguesia.

4.4.2. A paisagem natural é emprestada ao desenho do projeto da Tapada das Necessidades configurando um cenário em anfiteatro pontuado por acontecimentos naturais e construídos.

O desenho da Paisagem do conjunto edificado e da Tapada das Necessidades foi concebido para extravasar os muros e procurar os eixos da paisagem natural do estuário e os alinhamentos com os pontos notáveis da paisagem envolvente, quer urbana quer rural. Os sistemas de vistas do jardim barroco já se prolongam através de ruas e alinhamentos sobre o plano de água do estuário, ou sobre a mata da contígua Tapada de caça de Alcântara, hoje Tapada da Ajuda. É no entanto a obra oitocentista de D. Fernando II, que agiganta as Necessidades (Jardim de estilo Inglês e jardim Paisagista 1843-1844) ao colocá-la num programa que introduz o jardim de estilo Inglês e os princípios do romantismo em Portugal, e que tudo indica pelas relações paisagísticas e axiais entre a Tapada da Ajuda e as Necessidades, possa estar na origem de ensaios de construção de paisagens ideais e da Arcádia, que extravasa os limites murados, muito ao jeito das paisagens pictóricas dos grandes projetos revolucionários, dos Parques Aristocráticos Ingleses, da segunda metade do século XVIII, como Stowe, Stourhead, Castle Howard ou Blenheim.



Os sistemas de vistas das Necessidades e da Tapada da Ajuda, possíveis ensaios de D. Fernando II para a construção de uma paisagem ideal da Arcádia.

O declive natural do terreno das Necessidades e da Tapada da Ajuda, com as intervenções de D. Pedro V (observatório inaugurado em 1867) e de D. Luiz I (Palácio de Exposições na Tapada da Ajuda 1884), o Observatório e o Pavilhão das Exposições em conjunto com as preexistências do alçado neoclássico nascente do Palácio da Ajuda, conduziram a este exercício, de conjeturarmos que se pretendeu construir entre a Tapada da Ajuda e as Necessidades um quadro paisagista pictórico e ideal para ser observado do jardim idealizado por D. Fernando II (1816-1885) para a sua residência das Necessidades. Este Jardim paisagista e pitoresco ainda hoje se articula com eixos visuais dirigidos para a tapada da Ajuda que lhe fica fronteiria, de onde se destaca a Terra Grande como uma clareira pontuada pelos alçados neoclássicos, as cotas e os declives proporcionam uma continuidade visual, numa ilusão de ótica que o vale da ribeira de Alcântara reforça comportando-se como um gigantesco HA-HA.



A construção de edifícios obstruiu os alinhamentos visuais e panorâmicos dos jardins das plataformas do convento sobre o Mar da Palha e sobre a margem ribeirinha, no entanto, essa relação mantém-se no conjunto edificado do antigo convento.

4.4.3. Situação atual da Paisagem

Ao contrário dos pontos de vista sobre a margem ribeirinha hoje muito comprometidos, o quadro paisagístico e teatral sobre a paisagem poente da Tapada da Ajuda ainda permanece e pode ser descoberto através de uma criteriosa reabilitação dos corredores e eixos visuais em ambas as tapadas. Também aconselhável é proceder a delimitação dos corredores e sistemas e vistas para medidas de proteção do impacto de edifícios entretanto construídos, em construção, ou em futuros planos de desenvolvimento e crescimento urbano, caso do recente hospital da CUF, onde se justificava o recurso a coberturas verdes, ou no desenvolvimento urbanístico atualmente em construção na antiga fábrica da SIDUL junto ao LX Factory. Assim como se estudou a Paisagem na cidade e no desenvolvimento urbanístico desde a Lisboa Quinhentista, aos planos ribeirinhos pré e pós terramoto, temos que honrar este legado, do conjunto palaciano das Necessidades momento alto da arte paisagista do séc. XVIII-XIX, onde se enaltecera os pontos notáveis da paisagem construída envolvente construindo situações de ilusões de ótica que a agigantam e transportam-nos para linha de horizonte infinitas ou pontos focais e perspectivas muitos quilómetros para lá dos seus muros.



A atual construção e crescimento urbanístico da cidade, tanto na margem ribeirinha como nos pontos de cumeeada, é muito preocupante porque retira qualidade e leitura ao *skyline* histórico artístico e monumental da Capital e da articulação com a margem ribeirinha e o plano de água do estuário, é urgente fazer um inventário das situações intrusivas e dos potenciais desenvolvimentos com impacto neste caso no conjunto palaciano das Necessidades e alargar as zonas de proteção visual de acordo com estudos de Paisagem.

4.4.4. Propostas para o Plano de Salvaguarda no âmbito dos Sistemas de Vistas e de Paisagem

As Necessidades são também parte, e podem ser o Centro de um vasto conjunto de Paços Reais, que são construídos ao longo da margem estuarina de Lisboa, e no séc. XVIII muito centrados no Paço Real de Queluz que D. Pedro III, constrói segundo o ideal de Versalhes fora da linha da frente ribeirinha mas que articula com o Paço Real da Ajuda e o com Paço Real de Caxias, já no Séc. XIX frente á costa oceânica alinhando com as novas tendências dos benefícios balneares, surge o Paço da Cidadela em Cascais. Esses Paços sucedem-se ao longo de quatrocentos anos e duas dinastias, de Avis e de Bragança, são exemplos de notável arquitetura e desenho de paisagem, intimamente ligados à história de Lisboa e de Portugal, não são atualmente dinamizados em termos turísticos na sua plenitude, de um circuito turístico e cultural integrado, abrangendo arquitetura, urbanismo, jardins históricos paisagens notáveis e museus.



5. Recomendações para a elaboração de uma Planta de Zonamento (Diagnóstico) e definição do estatuto de proteção que suporte o Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*)

Recomenda-se que as componentes a valorizar no Antepiano de Salvaguarda:

- História da Cerca e Quinta Real e o seu valor patrimonial a proteger e a restaurar
- Horticultura e o restauro da vegetação original do jardim experimental
- Pedagogia infantil no jardim, na estufa, na horta e com os animais
- Sistemas de vistas e Paisagem

determinem e orientem os usos futuros e a proteção integral dos elementos construídos e naturais de valor patrimonial que nos chegaram ao século XXI e sejam consideradas no Diagnóstico que precede o Plano de Zonamento.

O restaurante e os quiosques propostos no Antepiano de Salvaguarda para o Jardim Zoológico e perto do lago do jardim paisagista não são compatíveis com os valores patrimoniais da Quinta Real. Este tipo de equipamento poderá ser considerado nas áreas que não afetem a integridade, autenticidade e raridade do jardim em estudo. A proposta deste tipo de equipamentos não pode surgir no Antepiano de Salvaguarda sem uma planta de zonamento que defenda a integridade do bem a proteger. As dissonâncias no ambiente histórico provocadas por novas construções num espaço que se quer recuperar, devem ser evitadas.

Sendo um jardim público, onde se vai investir dinheiro público, é essencial ser feito o restauro e aberto ao público com os melhores procedimentos, já testados noutros locais, inclusivamente em território nacional. Terão de ser introduzidos apoios ao público, mas sempre localizados em pontos estratégicos para uso e gestão da Cerca das Necessidades lembrando que o fecho desta última à noite é essencial para a preservação do património que a compõe.

Na versão final do Plano de Salvaguarda e no Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*) será necessário apresentar um Plano de Zonamento (esboço de planta - Anexo 1) sobre o qual se deve desenvolver, então, as áreas prioritárias de intervenção, no qual se definam:

1. Áreas de Restauro integral e proteção do desenho original dos jardins. *Nonaedificandi*.
2. Zona de transição dos usos atuais a manter e propostos (escola, quiosques ligeiros, WC, viveiros, horta e apoio à escola de jardinagem, etc.).
3. Elementos construídos a reabilitar para novos usos fora das áreas de Restauro integral e das áreas de transição.

Como exemplo e visando uma proteção efetiva que restaure os ambientes dos vários períodos históricos de intervenção, os dez hectares da Cerca são apresentados em 5 áreas síntese das análises e diagnóstico, fundamentadas no interesse patrimonial:



a **primeira**, junto ao convento (Horta dos Frades e Jardim de Buxo), constituída pelos dois *parterres*, planos, geométricos e ligados por escadarias;

a **segunda** é a área mais baixa da Cerca, mais próxima do Tejo e de declive menos acentuado, onde se deve preservar integralmente o desenho do jardim paisagista inglês com os seus dois lagos do século XIX;

a **terceira** área, logo acima, mais inclinada, contendo o grande relvado, a estufa a casa de fresco, o muro de suporte e a área plana do jardim zoológico, é o núcleo mais rico do jardim paisagista e aquele onde não se deverá introduzir nenhuma dissonância, mantendo integralmente o seu traçado e protegendo-o com cortinas arbóreas que o separem dos elementos introduzidos no século XX (Instituto de Defesa Nacional e a Escola);

a **quarta** área constitui o que resta do período barroco com o elemento gerador do traçado barroco, o lago circular e o início de um eixo central e um tridente. Inclui-se nesta zona a mãe de água e o aqueduto, também pertencentes ao século XVIII;

a **quinta** área corresponde à área superior do jardim, onde foram construídos os edifícios da Estação Florestal durante o século XX, e onde só o moinho constitui elemento patrimonial. Esta zona é compatível com novos usos que possam rentabilizar o uso deste jardim, sem prejudicar o seu património. A proximidade da rua permite que estes edifícios sejam reabilitados para novos usos que não obriguem a que os jardins fiquem abertos em horários prolongados e sujeitos a vandalismo noturno.

Após a consolidação do Plano de Salvaguarda das Necessidades, poderá ser efetuado um Plano Diretor de Restauro (*Master Plan*) que inclua a definição de linhas orientadoras de intervenção, conservação/proteção, restauro, valorização/reabilitação e a introdução de usos compatíveis com cada uma das áreas definidas no zonamento. Posteriormente deve ser definido o faseamento e coordenação de intervenções em cada uma das zonas, sendo então possível que se coordenem as mesmas tipologias de intervenção em todas as zonas identificadas (por exemplo restauro de elementos de água, elementos escultóricos, mobiliário urbano, sinaléticas, etc.) ao contrário das unidades de execução agora propostas que abordam os restauros por localização geográfica.

Recomenda-se que seja esclarecida a figura a aplicar sendo que, conforme referido, se considera dúbia a designação de Plano de Salvaguarda, face ao quadro legal de proteção do património imóvel que contempla a figura Plano de Pormenor de Salvaguarda.

Por fim, interessa esclarecer o estatuto de proteção do “Conjunto do Palácio das Necessidades, abrangendo todo o edifício conventual, da Ordem de S. Filipe Néri (dos Padres do Oratório), da torre e da capela, com estatuária de A. Giusti e de José de Almeida, os seus jardins e o respetivo parque, com elementos escultóricos e decorativos, e ainda a fachada palaciana, incluindo a fonte



monumental, datada de 1748 e situada no largo ajardinado em frente da capela, em Lisboa.” classificado na categoria de Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 8/83, DR, 1.ª série, n.º 19 de 24 janeiro 1983). Recomenda-se que se pondere a sua classificação como monumento nacional suportado pela vontade de qualificar um jardim histórico de excelência em Portugal – um espaço onde se cruzam um complexo monástico, um palácio e uma quinta real de recreio – com potencial para ser usufruído nos dias de hoje enquanto parque público de distinção ao qual se pretende devolver o seu devido estatuto e que beneficia de um ambiente raro de mobilização da população para a defesa e promoção dos jardins históricos de Portugal.

Lisboa, 19 de julho de 2021

██████████ (Prof. Arquiteta Paisagista - ISA, Universidade de Lisboa)

██████████ (Mestre e Doutorando em Jardins Históricos, Investigador na Universidade Lusíada-CITAD - ESTEJO - Quintas de Recreio Estuário do Tejo)

██████████ (Arquiteto Paisagista, Mestre em Jardins Históricos)

██████████ (Arquiteta Paisagista, especialista em conservação e restauro de jardins históricos)



BIBLIOGRAFIA

AYRES DE CARVALHO – D. João V e a Arte do Seu Tempo, vol. II. [si.]: Ed. de autor, 1962.

CARITA, Hélder; CARDOSO, António Homem – Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal: ou da originalidade e desaires desta Arte. [S. l.]: Edição dos Autores, 1987.

CARVALHO, José Maria – A Tapada das Necessidades: Antiga Quinta Real. In 5ª Exposição Nacional de Floricultura. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1944.

CASTEL-BRANCO, Cristina (Coord.) – CARREIRAS, João Albuquerque; AZAMBUJA, Sónia; Necessidades: Jardins e Cerca. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

CLEMENS Steenbergen; WOUTER, Reh, Architecture and Landscape –The Design Experiment of the Great European Gardens and Landscapes-Ed. Prestel 1996.

CÔRTE-REAL, Manuel H. – O Palácio das Necessidades. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983.

GOEZE, Edmond – Jardins Notáveis em Portugal: Palácio das Necessidades. Jornal de Horticultura Pratica, José Marques Loureiro (editor), vol. 7, Porto, 1876.

VITERBO, Sousa – Dicionário de Architectos. vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

WOUDSTRA, Jan, FIELDHOUSE, Ken – The regeneration of Public Parks, Garden History Society. Landscape Design Trust, E&F Spon, Londres 2000.

AA. VV – Surveys, Analysis and Plans. Landscape Research, vol. 9 nº 2, 1984.